

a emancipação política de um cidadão com todos os direitos humanos, dentro dos princípios da “Declaração dos Direitos do Homem”, fazendo parte integrante da família brasileira. Queríamos pertencer a ela, queríamos que ela nos acolhesse inteiramente. E nisso fracassamos. Por mais que tenhamos usado nosso ardor para conseguir total integração, nesse ponto o nosso esforço não deu frutos... Por mais alto que subamos, no Brasil, ainda somos todos, em nossos nomes, só “Meio Cidadões”... A procura de uma explicação para este fenômeno constitui a essência desta obra” (pp. 14-15).

Dada a importância da imigração num país como o Brasil, há relativamente poucos trabalhos de pesquisas, em geral restritos aos meios acadêmicos e a ângulos específicos. Felmanas, na introdução do livro, cita o Presidente Kennedy: “Imigração é, por definição, uma atitude de fé na mobilidade social. É a expressão em ação de positiva crença na possibilidade de vida melhor” (p. 14).

Em suas lutas e campanhas Felmanas acreditou nessa possibilidade de vida melhor e sempre acompanhou com entusiasmo a integração dos diversos grupos étnicos. Sua atitude refletia-se inclusive no entusiasmo com que prestigiava os casamentos “mistos” ocorridos na família. Radiante, Felmanas comentava nessas ocasiões: “Aqui, pelo menos, metade dos convidados eu não conheço...”.

LÉA VINO CUR FREITAG.

* * *

*

CHARNAY (Jean-Paul). — *Essai général de stratégie*. Paris, Editions Champ Libre, 1973.

Muito interessante a coleção iniciada e apresentada pelo livro de Charnay nas edições Champ Libre. Sobretudo porque permite retrazar a história e as diversas tendências de uma disciplina — a estratégia — que, de arte e técnica da disposição das tropas, evolui para uma concepção global das relações entre Estados e entre povos. O interesse desta disciplina, do ponto de vista das ciências humanas é tanto mais atual, quanto o Poder Militar tende a afirmar-se, em nossas sociedades, não somente como o último bastião, mas também nos postos avançados das sociedades legitimamente constituídas.

Em si mesma, no entanto, a erudição incontestável de Jean-Paul Charnay não basta para que o estudo inaugural da coleção deixe de ser o que o título indicaria num francês literal: um Ensaio Geral. Um texto por vezes belo, um domínio acabado da *mise-en-scène*, um *décor* grandioso, mas a perícia de Charnay em manipular os atores não poderia ser suficiente para fazer a obra passar da *cena* para a realidade.

Há de tudo no ensaio de Charnay: a composição quase musical da obra, as referências à cibernética, uma tentativa de “aplicação” da linguística, e uma visão metafísica da estratégia como problemática do Outro, sua Negação, e a Identidade como negação do Outro, além de várias imprecisões quando incursiona no terreno das ciências sociais. Mas esse é o onus de toda disciplina totalizante, de toda ciência da totalidade, e não resta dúvida de que essa é a tendência da disciplina da estratégia.

Pois o leitor que não se embarçar com os escolhos, tirará certamente muito proveito do que resta da série de artigos ora remanejados na obra de Charnay. E em primeiro lugar, o reconhecimento da tendência totalizante da disciplina estratégica, que ambiciona tornar-se uma espécie de praxeologia, ou seja, ciência geral das práticas sociais.

Sem dúvida, não é sem interesse lembrar — como o faz Charnay — que a estratégia começou como mera arte da disposição das tropas, e inteiramente submissa, portanto, às diretivas políticas, e mesmo à definição dos objetivos da guerra.

Na era napoleônica, no entanto, uma nova significação começa a ser sustentada pelos teóricos da guerra — e entre eles, um dos que marcaram mais profundamente a disciplina estratégica moderna, Clausewitz — considerando a estratégia como disciplina particular da política, na medida em que se estabeleceu uma certa equivalência entre guerra e política: a guerra como continuação da política através de outros meios, segundo a célebre definição. Nessa fase, no entanto, a estratégia incorpora os aspectos políticos da guerra, e se reveste de uma tendência totalizante. No entanto, o caráter global da disciplina continua limitado, na medida em que se reconhece um caráter próprio à política como “continuação da guerra com outros meios” e, sobretudo, na medida em que a arte da guerra consiste ainda na destruição do potencial bélico inimigo, considerado em sentido estrito.

A era dos conflitos globais, no entanto, abre novas perspectivas para a ambição totalizante da estratégia. Os objetivos econômicos passam a ter grande importância dado o equilíbrio de forças registrado nos *fronts*. Os objetivos civis, a destruição ou a subversão da sociedade civil e o desmantelamento do Estado passam a ser meios indiretos — e mesmo recursos imediatos — para obter-se uma decisão nos campos de batalha, ou mesmo para prescindir dos mesmos, como no caso do apóio indireto do Reich Alemão à revolução soviética. Com isso, a estratégia troca de papéis com a política ou, mais precisamente a engloba, na medida em que as relações entre Estados passam a implicar *estratégias* em diversos níveis — econômico, político, cultural — e que a estratégia propriamente militar passa a ser uma das muitas disciplinas da grande estratégia, ou a ciência global das práticas sociais, tanto internas a um país como nas suas relações com outros povos e Estados.

Os armamentos nucleares não teriam alterado significativamente essa tendência, mas reforçado, de tal maneira, que levaram a uma alternativa brutal, o genocídio ou a não-violência total. Fora desses dois extremos, o equilíbrio

do terror só poderia recorrer à ameaça universal — que teria como sub-produto a resistência mais ou menos organizada e constante; ou então à persuasão.

Neste segundo caso, a persuasão deve basear-se na bondade intrínseca do novo regime proposto. Por isso mesmo, a defesa não tem mais como único objetivo

“garantir a integridade do território, a sobrevivência da população, a solidez de um regime, mas deve assegurar a perenidade de uma civilização, a adequação dos modos de vida à evolução industrial e o aperfeiçoamento e a renovação de atitudes mentais seculares — ou, se se quiser, a perenidade da estratificação social de onde emergem esses modos de vida e atitudes mentais, e do regime econômico-político que a sustenta” (p. 41).

É a partir dessas observações sobre a evolução geral da doutrina estratégica que o autor vai elaborar os modelos integrados de estratégia apresentados no final do volume. E é sobre esses modelos, tão ambiciosos quanto sofisticados, que a obra pode ser julgada. Qualquer que seja o valor desses modelos, no entanto, ao retrair a evolução e as tendências da disciplina estratégica, o autor já lançou alguma luz sobre as interações atuais do poder militar com o poder político.

J. A. GUILHON ALBUQUERQUE.

* * *

*

ARAY (Siwitt). — *Les cent fleurs*. Paris, Flammarion. Coleção “Questions d’histoire”. 1973.

A coleção *Questions d’histoire* publica verdadeiros documentos de utilidade indiscutível para o estudioso das ciências humanas, pois permite tão só uma familiarização com o problema tratado — através da exposição que constitui metade da obra — mas também um trabalho de reinterpretação, quando o mesmo se impõe — baseado na documentação que forma a segunda parte do volume. Não é bem o caso do estudo consagrado à campanha das “Cem Flores” na China. Talvez dadas às dificuldades inerentes ao acesso à informação sobre esse país por especialistas estrangeiros a verdade é que Siwitt Aray dedica menos de 20 das quase 200 páginas do livro a documentos diretos, boa parte dos quais provem de citações ou extratos publicados em jornais chineses de grande circulação.

O que seria, portanto, inaceitável se se tratasse de um estudo histórico e historiográfico sobre o Ocidente, parece tornar-se um hábito no tratamento das questões de história dos países comunistas. O intelectual ocidental habituou-se aos documentos de segunda mão, profundamente interpretados e reinterpreta-